

anti. capitalista

#66 SÉRIE II NOVEMBRO 2023

~~CONFLICT~~
APARTHEID
~~CLASHES~~ 
COLONIALISM
~~SELF DEFENSE~~

**FIM AO
GENOCÍDIO!**

- P 3** Empregos para o clima em Sines
- P 4** As origens da guerra da Palestina
- P 6** Argentina: de surpresa em surpresa

EDITORIAL

Somos a esquerda que fala claro

Vivemos vários riscos e ameaças. A exaustão dos recursos ambientais do planeta acentua-se e coloca em risco a continuação da humanidade e da fauna e flora terrestre. A guerra na Europa prolonga-se e acentua a situação de confronto entre grandes potências, novas e velhas. O extrativismo financeiro cavalga no sentido do lucro insaciável, agravando desigualdades sociais e condenando a maioria à precariedade e à pobreza, e a um mundo em que tudo é extraível e onde a coisa comum deixa de existir. O capitalismo de vigilância, sustentado na ideia de colmeia digital, promove o individualismo, a ilusão de socialização e a mercantilização e de controlo de emoções e comportamentos. É este contexto que identificamos na proposta de teses que levamos à próxima VI Conferência da Rede Anticapitalista, e sobre a qual procuraremos formular respostas coletivas.

A este estado de coisas, soma-se o genocídio do povo palestino pelas mãos do Estado de Israel e dos seus aliados. São já milhares de mortes, num genocídio sem limites, que não poupa crianças (metade da população de Gaza) e que parece nunca acabar. Neste mundo perverso, muitos dos que procuram defender as vítimas de genocídio acabam ostracizados. É assim na Alemanha (no centro da “Europa da democracia e das liberdades”, diga-se), onde estão proibidos protestos pró-Palestina, e em que vários corajosos manifestantes sustiveram cargas policiais e acabaram detidos. É assim até com António Guterres, que pela exigência mais elementar - o cessar-fogo e a possibilidade de entrada de apoio humanitário - é acusado por Israel de ter “como prioridade ajudar terroristas”.

Neste mundo confuso e perigoso, a esquerda tem a obrigação de falar claro. Terrorismo é terrorismo. Apartheid é apartheid. Colonialismo é colonialismo. Genocídio é genocídio. Nesta edição da Revista Anticapitalista, como em todas, procuramos falar claro: identificando ameaças e propondo respostas de luta.

Esta é uma publicação da Rede Anticapitalista, em que se juntam militantes do Bloco de Esquerda que se empenham nas lutas sociais e no ativismo de base.

2 Editorial

Somos a esquerda que fala claro

3 Luta

Empregos para o clima em Sines

4 Guerra

Nas origens da guerra da Palestina

6 Internacional

Argentina: de surpresa em surpresa

8 Bloco

Onde estão as e os Jovens Revolucionários?

9 Recomendações culturais

Literatura / Cinema / Teatro

Dossiê | Jovens

Estudantes: a política precisa da experiência coletiva

Emigração

Quanta comunidade cabe num quarto?

Exijamos o impossível

Saúde mental: Jovens e Ensino Superior

Conselho Editorial

Alda Sousa
Andrea Peniche
Andreia Galvão
Daniel Borges
Francisco Louçã
Hugo Monteiro
Inês Sena
João Bernardo Narciso
José Miguel Ricardo
Leonor Figueiredo
Patrícia Felício
Paulo Antunes Ferreira

Gráfico

Tiago Tavares

Participaram nesta edição

Carolina Serrão
Duarte Santos
Francisco Louçã
João Bernardo Narciso
Jorge Tabuada
José Miranda
Leonor Figueiredo
Manuel Afonso
Mariana Garrido
Paulo Antunes Ferreira
Rodrigo Sousa
Teresa Fonseca

Depósito Legal 441931/18

redanticapitalista@gmail.com
[IG-FB @redanticapitalista](https://www.instagram.com/redanticapitalista)
redanticapitalista.net

Empregos para o Clima em Sines: uma experiência a reforçar

texto de **Manuel Afonso**

chegaram as máquinas para talhar a cidade que vem / (...) estenderam-se tubos prateados onde escorre o negro líquido / levantaram-se imensas chaminés, serpenteiam auto-estradas na paisagem irreconhecível do teu rosto

Al Berto, Mar-de-Leva (sete textos dedicados à vila de Sines), 1976

Sines e arredores viram um processo de engenharia social e ecológica como não haverá outro exemplo em Portugal. No final do Estado Novo e início da democracia, uma vila piscatória e corticeira vive uma transição forçada que a transforma num dos maiores polos industriais no país — uma central termoelétrica, um complexo petroquímico, o maior porto nacional. Os versos do poeta sineense descrevem o trauma humano e ecológico de um território moldados tecnocraticamente em função da grande aceleração impulsionada globalmente pelo Capital Fóssil.

Esta transição implicou a importação de mão-de-obra migrante, em grande medida cabo-verdianos, para construir, sem segurança nem direitos, o complexo, muitos deles depois descartados. Implicou a expropriação de terras, a destruição da paisagem, a diluição de um orgulhoso proletariado corticeiro, a ruína da pesca tradicional.

Não sem resistência: em 1982, a vila levanta-se, numa quase greve geral local, encabeçada pelos pescadores que bloquearam o porto com os seus barcos, protestando contra as descargas não tratadas do novo complexo industrial. Algumas medidas de proteção ambiental são conquistadas, mas a vila é agora outra cidade. Um polo industrial moderno a que se juntou Vila Nova de Santo André, uma espécie de bairro periférico ao estilo da linha de Sintra enxertado nas dunas. Uma classe operária concentrada, em parte qualificada, de-

sempenhando funções de alto risco; o concelho com mais emissões de dióxido de carbono per capita, mas também de maior rendimento médio da região, e evidentes problemas de saúde pública sigilosamente documentados. Uma rede de dependência e exploração de uma máquina fóssil tóxica.

Hoje, a região vive uma outra transição trágica, mantendo-se zona de sacrifício. Por um lado, dá-se uma descarbonização parcial, feita à custa de quem trabalha. O encerramento apressado da central termoelétrica pela EDP deixou centenas de famílias sem futuro. Ao mesmo tempo, a principal infraestrutura emissora do país, a refinaria da Galp, mantém-se ativa e a REN expande o terminal de gás. A par disto, avança a construção de um data center, sugador de água e energia; anunciam-se quimeras de produção de hidrogénio, não ao serviço da descarbonização, mas da exportação; um pouco a norte, o turismo de luxo engole as dunas; e a sul, no Cercal e em Santiago do Cacém, megacentrais fotovoltaicas são instaladas, não para substituir a energia fóssil e garantir emprego, mas para servir os novos megaprojetos. Mais: a agricultura intensiva engole o resto da região, esgotando solos, sorvendo a água, assente na ultraexploração de trabalhadores migrantes em condições sub-humanas — como acontece já na pesca. Novas fronteiras da expansão extrativista, não poucas vezes mascarada de verde, que não chegam a substituir o modelo fóssil vigente. Expansão, em vez de transição energética. A concentração, o

monopólio, o esgotamento da terra e do trabalho é modelo que se mantém nas mãos dos mesmos gigantes, como a EDP, antes dona do carvão, agora patroa do solar.

Identificando aqui um nó de conflito estratégico, a Campanha Empregos para o Clima começou a dinamizar um núcleo na região: um Grupo de Trabalho (GT) com operários, no ativo ou anteriormente empregados na central a carvão, e ativistas ambientais da região. Sindicalistas, junto com membros do movimento Juntos pelo Sudoeste ou da Plataforma contra o Transporte de Animais Vivos; além de uma rede de contactos, com ex-autarcas, pescadores, académicos.

O GT publica o boletim Verde Justo, distribuído à população e aos trabalhadores fabris, onde parte dos problemas já sentidos — a seca e a especulação imobiliária, por exemplo, — para explicar a necessidade da descarbonização e propor alternativas. No seu primeiro número, exigia-se à Comunidade Intermunicipal o uso de 100 milhões do Fundo de Transição Justa para a requalificação do ex-trabalhadores da Termoelétrica, assegurando trabalhos na energia renovável. No passado dia 5 de outubro, o GT ajudou a dinamizar (com muitas outras pessoas) uma marcha que juntou os ativismos da região por uma «Transição Social e Ecológica Justa». A 18 de novembro, promove-se um primeiro Encontro por Transição Justa em Sines e no Litoral Alentejano.

Trata-se de um trabalho de base que vale a pena fortalecer; uma abordagem pouco comum no movimento climático. O objetivo estratégico é o de apoiar formas de organização e luta para garantir que uma transição energética e ecológica na região é feita com quem trabalha, não à sua custa — pois só assim pode vingar.

Para nós, da esquerda anticapitalista, trata-se de estar onde sempre estivemos: ao lado da classe que tudo produz, não à espera da sua irrupção messiânica, mas construindo o seu protagonismo plural, interseccional e combativo para uma superação do capitalismo fóssil que garanta trabalho, igualdade e um planeta para viver. Ecosocialismo, portanto.

Nas origens da guerra da Palestina

texto de Francisco Louçã



Durante a Primeira Guerra, o governo inglês, pela voz de Lord Balfour, emitiu uma declaração, em 2 de Novembro de 1917, anunciando a sua disposição de criar um núcleo judeu na Palestina, e acrescentando a garantia de que tal não afetaria os outros povos da região. No mês seguinte, o Império Britânico anexou a Palestina, ocupando Jerusalém a 9 de Dezembro. Esse avanço tinha uma justificação e correspondia a uma estratégia. No ano anterior, a Grã-Bretanha e a França tinham feito um entendimento secreto, o acordo Sykes-Picot, para a repartição do Médio Oriente entre as duas potências. Londres queria garantir a Palestina como uma retaguarda para proteger o acesso ao canal de Suez, a via para a Índia, a sua jóia da Coroa, e para servir de tampão em relação aos exércitos otomanos. O acordo foi consagrado, depois da Grande Guerra terminar, por uma decisão da Sociedade das Nações: a 24 de Junho de 1922, a Grã-Bretanha recebeu o mandato para ocupar a Palestina, o Iraque e a Jordânia, enquanto a França

controlaria a Síria e o Líbano. O Egipto, formalmente independente desde 1922, continuou ocupado pelos ingleses.

A Palestina teria então cerca de 600.000 muçulmanos, 70.000 cristãos e 80.000 judeus, e durante os anos seguintes à Declaração Balfour e à decisão da Sociedade das Nações, a imigração judaica foi muito reduzida: contaram-se 35.000 pessoas chegadas entre 1919 e 1923, e os números pouco oscilaram depois. A razão era simples: a ideia de criar uma pátria judaica, definida pela religião, era profundamente alheia à cultura das comunidades de origem hebraica espalhadas pelo mundo. Theodor Herzl (1860-1904), o criador do sionismo, ele próprio ateu, afirmava que a terra de acolhimento do seu povo poderia ser tanto a Argentina como o Uganda, mas no movimento predominou a visão de recuperar a terra prometida do Antigo Testamento, o Sião – e daí o nome do movimento, sionismo. No entanto, a comunidade estava dividida: o Bund, um poderoso movimento socialista e anti-sionista, recusava absolutamente

a ideia da terra prometida e de ida para a Palestina, defendendo uma estratégia de conquista de cidadania nos países europeus. Foi o Bund que conduziu a resistência heróica aos nazis no gueto de Varsóvia. Mas foi aí que foi destruído.

É certo que o sionismo era um movimento ainda em formação. David Ben Gurion, socialista, dirige a sua maior corrente eleitoral: o sionismo era um casamento entre socialistas e nacionalistas judeus. Foi esse movimento sionista que depressa afirma a sua vontade de poder absoluto, impondo a força e a lei na terra em que se vem instalar. O resultado desta colonização foi uma tragédia para a Palestina, com as terras árabes a serem ocupadas e com a formação de milícias que atacavam as aldeias para expulsar os camponeses.

A partir de 1936, a revolta explodiu. No dia 15 Abril 1936 começou uma greve geral que durou 180 dias: o nacionalismo árabe tomava a palavra, era a primeira intifada contra a colonização. A repressão foi brutal. Churchill, ao



testemunhar perante uma comissão parlamentar de inquérito acerca dos acontecimentos em 1937, explicava que toda a violência era justificada e que a repressão das manifestações árabes pela tropa britânica devia ser impiedosa: “Não aceito que o cão do jardineiro determine a lei, mesmo se está no jardim há muito tempo. Não lhe reconheço esse direito. Também não reconheço que tenha sido feito mal aos índios da América ou aos aborígenes da Austrália. Não reconheço que tenha sido feito mal a estes povos, porque uma raça mais forte, uma raça superior, uma raça que possui mais conhecimento, para o dizer de algum modo, veio tomar o seu lugar”. A raça mais forte destruiu o cão do jardineiro, que ocupava a terra sem ter qualquer direito. A animalização do adversário, a redução das culturas e identidades a raças, era o eco de um outro discurso europeu que então ensaiava a guerra de extermínio. A Palestina antecipa o holocausto e as suas justificações sinistras. Estas palavras de Churchill devem ficar inscritas no livro de honra do racismo.

Para responder à revolta árabe, o governo britânico aprovou então o Relatório Peel, que propunha a criação de dois Estados, ficando Jerusalém sob mandato britânico. Mas, pouco tempo depois, começou a guerra na Europa, e Londres precisa e usar a sua força noutros teatros militares. Procurando apaziguar a contestação à estratégia de partição da zona, o governo sugeriu por isso uma nova orientação, anunciando a criação futura de um Estado único e pluriétnico, e proibiu a compra de terras árabes por judeus.

O conflito ganhou a partir de então novas formas. Além do nacionalismo árabe que se organizava, as milícias judaicas passaram a actuar violentamente contra os britânicos e, em 1946, um dos grupos mais radicais, o Irgun, chefiado por Menahem Begin, que seria um dos futuros primeiro-ministro de Israel, faz explodir o Hotel Rei David. Era o quartel-general do exército de Sua Majestade e houve uma centena de mortos. A situação tornou-se insustentável para Londres. No ano seguinte, com o apoio dos EUA e da URSS, a ONU votou a partição da Palestina, o começo do fim da presença britânica.

O Estado de Israel foi proclamado a 14 de Maio de 1948. No dia seguinte, começava a guerra: os exércitos dos países vizinhos avançaram, embora sem qualquer coordenação e preparação. Em Julho de 1949, estavam derrotados. Israel contou, entretanto, com um apoio precioso: Estaline ordenou à Checoslováquia que fornecesse as armas necessárias, pensando que com a vitória de

Israel a saída da Grã-Bretanha da zona se torna irreversível.

Mas as vítimas foram os palestinos: oitocentos mil fugiram da guerra e abandonaram as suas terras. Israel passou a ocupar metade do território da Palestina, oferecendo parte da Cisjordânia à Jordânia, em troca da cumplicidade e silêncio do seu monarca. A ONU ainda procurou salvaguardar os direitos dos refugiados, através de uma resolução de 11 de Dezembro de 1948, garantindo o seu direito a regressarem às suas terras. É letra morta. Em 2001, as famílias dos refugiados que perderam as suas terras já eram 3,7 milhões de pessoas.

No entanto, nem todos concordavam com a criação do Estado de Israel, que se define como um Estado teocrático: não há Constituição, porque ofenderia a lei religiosa, e a cidadania é definida por uma religião, o que exclui todos os restantes. Ora, é precisamente por razões religiosas que Albert Einstein, que foi convidado para ser o primeiro presidente de Israel, recusou o cargo e recusa mesmo a ideia do próprio Estado de Israel: “O meu modo de conceber a natureza essencial do judaísmo resiste à ideia de um Estado judaico, com fronteiras, um exército e um certo grau de poder temporal, por modesto que seja. Temo os danos internos que isso causará ao judaísmo, e sobretudo o desenvolvimento de um nacionalismo estreito nas nossas próprias fileiras”. Ninguém ouviu Einstein. Foi mesmo esse Estado, e o seu nacionalismo colonizador, que triunfou.



Visita de Winston Churchill a Jerusalém durante o Mandato Britânico. Foto: Wikipedia

Argentina: de surpresa em surpresa

texto de **Pedro Perucca**
(editor da *Jacobin América Latina*, militante do Poder Popular)

Os repetidos erros das sondagens encontram uma relativa justificação nesta verdadeira “dinâmica do impensável” que é a política argentina. As primárias de 13 de agosto, nas quais o

candidato liberal-libertário Javier Milei irrompeu como a grande surpresa da política nacional, implicaram um verdadeiro terremoto político que abalou as estruturas do bipartidarismo mais tradicional, permitindo que uma força

sem história como a *La Libertad Avanza* (LLA) apareça em condições de disputar as eleições presidenciais. A votação do passado dia 22 de outubro, em que venceu claramente o candidato do partido do governo e atual ministro da



Economia, Sergio Massa, parecem corresponder com um pouco mais de coerência à história política nacional. Mas, mesmo assim, há ainda alguns aspetos insólitos.

No dia 19 de novembro, haverá uma segunda volta entre Massa (que obteve cerca de 37%) e Milei (que alcançou cerca de 30%). A surpresa, desta vez, veio de um peronismo que, depois de sentir o golpe das primárias, pareceu reagir e acionou parte do seu imenso aparelho político em todo o país para garantir que o seu candidato “de unidade” se impusesse a nível nacional, recuperando mais de dez pontos em relação às primárias. A dimensão da vitória também confirma indiretamente as múltiplas acusações de cumplicidade peronista com a estrutura de Milei em diferentes distritos, justificado como uma estratégia para retirar votos a Patricia Bullrich, a candidata do Juntos por el Cambio. A coligação do ex-presidente Mauricio Macri foi a grande derrotada do dia, tendo obtido pouco mais de 22% dos votos e ficando de fora da segunda volta das eleições.



A emergência de Javier Milei nas eleições de agosto combinou raízes sociais objetivas e também fatores conjunturais. O atual governo de Alberto Fernández optou por continuar a subordinação do seu antecessor às receitas de ajustamento ortodoxo do FMI, validando os milhões de dólares de dívida ilegítima contraída por Macri e levando a cabo as clássicas receitas neoliberais para a redução do défice fiscal, resultando numa grave estagnação económica e numa deterioração significativa dos salários reais. Isto deixou o peronismo numa crise histórica que os recentes resultados favoráveis não são suficientes para desmentir. O que se viu neste domingo foi mais um voto defensivo face à ameaça da extrema-direita do que uma manifestação de entusiasmo pelas propostas de um ministro da economia que se pode gabar de ter efetuado uma desvalorização de 22% após as primárias e uma inflação homóloga recorde de 140%.

Nas semanas que se seguiram ao seu grande resultado nas primárias, antes das quais ninguém o considerava um candidato com hipóteses, Milei começou a ser encarado mais seriamente como um possível presidente. A enorme exposição mediática que se seguiu, aliada a uma confiança exagerada nas suas hipóteses, levou a que tanto Milei como muitos dos seus companheiros produzissem uma quantidade insólita de declarações polémicas que fizeram com que um importante sector social se assustasse perante propostas que poderiam ser consideradas extravagantes na boca de outsiders afastados do exercício real do poder, mas que seriam autênticos delírios para futuros gestores do Estado. Se a emoção que dominou as eleições primárias foi a raiva, a que prevaleceu este domingo foi o medo.

Em grande medida, isso explica também o importante desempenho de um candidato como Massa, que conseguiu impor-se claramente, apesar do peso da sua dupla função de ministro da Economia, com um histórico indefensável. Em todo o caso, se o candidato do governo ganhar na segunda volta, é evidente que estão previstas importantes reconfigurações políticas e económicas, nem todas progressistas (no seu discurso de vitória já antecipou a necessidade de avançar para regimes

de regulação laboral mais modernos e flexíveis).

O que é certo é que as eleições de novembro serão muito difíceis. A vitória do candidato do governo por mais de seis pontos deixa-o com boas hipóteses, mas a disputa pelos 22% dos votos de Bullrich, pelos 7% de Juan Schiaretti e até pelos 3% da esquerda será feroz. Uma soma aritmética parece deixar Milei às portas do poder, o que poderia implicar uma derrota estratégica para os trabalhadores, já que as classes dominantes poderiam procurar desta forma resolver o impasse de forças que durante as últimas décadas têm impedido o avanço das reformas estruturais exigidas pelo capitalismo local, delegando a uma figura “externa” ao seu próprio círculo, à maneira cesarista, o trabalho sujo que as forças orgânicas da burguesia não parecem estar em condições de realizar.

Nesse contexto, esperar-se-iam evidentes ameaças aos mais elementares direitos democráticos, pelo que a esquerda não deve hesitar no seu posicionamento eleitoral, procurando com todas as suas forças impedir a ascensão da extrema-direita ao poder. Se é claro que, se queremos combater a extrema-direita a longo prazo, não podemos subordinar-nos ao “extremo centro” ou a qualquer tipo de neoliberalismo progressista, não é menos verdade que, no cenário a curto prazo, a prioridade máxima é fechar-lhes a porta, através da única alternativa pragmática viável nesse cenário: a candidatura presidencial do peronismo.

As eleições de domingo mostraram que o nosso país não parece estar maciçamente disposto a cometer um suicídio político, demonstrando que a sociedade argentina tem importantes reservas democráticas para bloquear a extrema-direita. Este 22 de outubro foi um primeiro passo importantíssimo, mas ainda temos pela frente outra batalha chave para o futuro nacional.

Onde estão as e os Jovens Revolucionários?

texto de **Duarte Santos**

Ouvimos constantemente, seja nas ruas ou nos meios de comunicação social, em tom paternalista e sensacionalista, uma descrição, uma ideia de uma juventude passiva que se arrasta por aí, presa em si e alienada da realidade. Esse fantasma mais nos parece a nós, jovens, uma construção estratégica que se alicerça no individualismo da sociedade capitalista (com todos os artifícios de que se serve para punir e infantilizar a ação reivindicativa e coletiva jovem) do que uma realidade vivida por qualquer uma e um de nós.

Afinal, a maior parte de nós nem se pode dar ao luxo de sequer viver dentro de uma bolha; estejamos a trabalhar, a estudar, a conciliar ambos ou a tentar (porque não é fácil nem linear conseguir qualquer um dos dois) enfrentamos diariamente o claro agravamento da crise da habitação, os evidentes efeitos que a inflação tem na nossa qualidade e custo de vida e as consequências de anos de subfinanciamento das infraestruturas de ensino.

Ainda pagamos propinas. Se somos estudantes deslocados, teremos de enfrentar rendas praticamente proibitivas que nos empurram para fora do ensino superior. Se vivemos ou vamos viver para as periferias, enfrentamos uma rede de transportes públicos insuficiente, subfinanciada e sobrelotada diariamente. Na Universidade Pública, o valor da refeição “social” continua a subir. Se estamos a trabalhar, continuamos a enfrentar contratos precários, assédio laboral e salários que não nos permitem sair da casa dos nossos pais.

No dia 4 de novembro realiza-se a Conferência Nacional de Jovens, sendo eleita a Coordenadora Nacional de Jovens do Bloco de Esquerda para os próximos dois anos. Esta nova coordenadora irá enfrentar os novos desafios do

cenário pós pós-pandémico. Teremos de encontrar, juntas e juntos, as soluções e as respostas para a militância ativa e dinâmica de todas e todos nós. Não faltam razões para sairmos à rua. Se certos movimentos como a Luta Climática perderam alguma da sua força com a pandemia, está na hora de nos organizarmos todas e todos e voltarmos para as ruas. Teremos de continuar a marchar contra o roubo do pouco que alcançamos nas duas últimas décadas: a extrema-direita, um pouco por todo o mundo, ressurge com uma perseguição às nossas conquistas: querem-nos tirar o direito aos nossos corpos, às nossas vidas; querem-nos tirar a nossa identidade e matar o nosso projeto de uma sociedade mais igual, mais livre, cujos primeiros frutos apenas agora vemos a amadurecer.

Não deixaremos a retórica reacionária passar de pequenas pedras no caminho se formos suficientes para as afastar ao longo do percurso.

As condições estão lançadas. Estamos fartas e fartos!

Mas não nos enganemos: há muito a fazer. A reorganização interna de Jovens é fundamental neste momento. A lado nenhum chegaremos com fúria e raiva anticapitalista se não a canalizarmos em militância e camaradagem de forma pragmática. Coordenar é exatamente isso: montar uma estrutura que seja útil a um fim.

A nova CNJ terá de se alicerçar nesse mesmo propósito: ser palco de um momento de construção organizada da nova geração de Jovens do Bloco. Seja nas ruas, nas Associações Jovens e de Estudantes, nos Sindicatos, nas vizinhanças e nas comunidades por todo o país, teremos de ser uma rede de apoio e entrelaçada para que possamos fazer florescer o nosso projeto comum: anti-



capitalista, antirracista, feminista, queer e ecossocialista. Na Moção A, moção da única lista candidata, propõem-se várias medidas a serem tomadas neste sentido. É exemplo disso a proposta de criação de um grupo de apoio ao associativismo estudantil que terá como objetivo promover a discussão interna e realizar documentos de apoio à organização. Refere-se também a dinamização de encontros anuais para militantes envolvidos no movimento estudantil. É também referida a importância da CNJ na integração ativa de militantes jovens nas estruturas partidárias locais, apostando na descentralização e mobilização a nível nacional através de iniciativas de valorização do interior. Isto será acompanhado de um trabalho ativo da CNJ em produzir e disponibilizar materiais de discussão que possam ser utilizados na organização de eventos de formação política.

Só a união faz a força e não faltará força às Jovens do Bloco enquanto estiverem unidas e organizadas.

Recomendações culturais

Teatro

TOM VINAGRE de Caryl Churchill

Em exibição de 8 a 26 de novembro, no Teatro do Bairro, em Lisboa.

"It's dangerous to be a woman without a husband. It's dangerous to be a woman and different. It's dangerous to be a woman and use the healing herbs. It's dangerous to be called a witch; innocence gives no protection". - Caryl Churchill

Um casal de agricultores vive uma sucessão de infortúnios: a morte de animais, desaires

na leitaria, a impotência de Jack, as dores de Margery. Considerando que Deus não castiga pessoas de bem, Jack e Margery optam por acusar as suas vizinhas, a viúva Joan e Alice, sua filha, de todos os males que ocorrem na comunidade. O medo das mulheres que vivem fora dos códigos morais intensifica-se, quando chega à aldeia um famoso caçador de bruxas.

Tom Vinagre é a resposta irónica de Caryl Churchill ao ambiente de medo, suspeição e opressão disseminado ao longo de séculos por uma sociedade patriarcal que do-mestica os corpos.



Cinema

Festival Caminhos do Cinema Português

O Caminhos do Cinema Português é um festival de cinema exclusivamente português, organizado pelo Centro de Estudos

Cinematográficos da Associação Académica de Coimbra. Com história desde 1988, pelo Caminhos já passaram os mais grandes nomes do cinema feito em Portugal. Com espírito de por mais uma vez divulgar o melhor cinema que se faz no nosso país, o Caminhos do Cinema Português volta a Coimbra, de 10 a 18 de novembro.

Livro

Ensaio de Abril de Fernando Rosas (Tinta da China)

"Não existe democracia apesar da revolução; existe democracia por causa da revolução."

Ensaio de Abril é o mais recente livro de Fernando Rosas. Abre com um inédito ensaio autobiográfico mostrando como uma jovem geração militante resistiu à ditadura, lutou contra a guerra colonial e contribuiu para a revolução e reúne um conjunto de seis ensaios relacionados com a génese e o desenvolvimento do processo revolucionário que desembocou em Abril de 1974: vão desde o papel dos estudantes "dos anos 60/70 na luta contra a ditadura e a guerra colonial" até ao "movimento militar do 25 de Abril de 1974 e a sua transformação num processo revolucionário", incluindo textos de análise de

"questões controversas do desenvolvimento e da contenção da revolução", nomeadamente o PREC e o 25 de Novembro.

Nas palavras do autor, o 25 de Abril foi "um golpe militar que abriu caminho à Revolução Portuguesa de 1974/1975, uma rutura revolucionária, um corte surpreendente no tempo histórico, que derrubou a ditadura e buscou instaurar durante 19 curtos meses um novo poder tendo o povo como sujeito do seu próprio destino" e este livro procura ser uma contribuição para que, no momento em que se vai comemorar o cinquentenário da revolução de Abril, seja comemorada essa "natureza matricial da revolução na democracia portuguesa" e não outras interpretações tendentes a desvirtuar a relação do 25 de Abril com a democracia e a valorizar outras datas. A democracia atual é filha de Abril e não de Novembro.



anti-capitalista

[dossiê]

#66 SÉRIE II NOVEMBRO 2023



JOVENS

Estudantes: a política precisa da experiência coletiva

Texto de **José Miranda**
e **Leonor Figueiredo**

O papel do estudante enquanto sujeito político sempre animou grandes reflexões à esquerda, num leque de opiniões e propostas ideológicas para todos os gostos: das menos otimistas em torno da origem pequeno-burguesa dos universitários, às mais entusiastas sobre esse sujeito político desintegrado da produção capitalista, da sua dominação ideológica e, portanto, mais livre (do que quem trabalha) para agir e atuar sobre as injustiças do mundo - caso de Marcuse e de muitos que vieram nos estudantes, sobretudo desde o maio de 68, um sujeito revolucionário em potência.

A realidade é que, na história, dificilmente se descobre sublevações sociais ou crises políticas democratizantes em que não tenham participado, muitas vezes no papel de protagonistas, os e as estudantes. Em Portugal, foram essenciais várias vezes, como nas mobilizações para acudir a população nas cheias de Lisboa de 1967, a quem o regime falhava, ou na luta contra a guerra colonial e a ditadura, acompanhando essa década de 60 em que as lutas contra a guerra surgiram e mobilizaram estudantes um pouco por todo o mundo, contra a força de bastões e de tanques, de Paris e Praga até, décadas mais tarde, Tianamen.

No marasmo pós-derrota da luta contra as propinas em 1996, a transformação das associações de estudantes em microempresas foi concomitante com o crescimento da praxe como projeto de controlo social ritualizado. O ambiente cultural geral da fase tardia do neoliberalismo configura os moldes em que ocorre a participação

estudantil, em particular associado às transformações do processo de Bolonha (1999-2009), ao crescente modelo gerencialista das instituições e crise do projeto democrático da universidade pública, à assiduidade obrigatória e compressão do tempo, ao fim do ensino noturno para trabalhadores estudantes, às paredes limpas e higienizadas, tudo manifestações de uma transformação dos tempos e dos espaços da vida social estudantil.

No quadro geral, é o senso comum liberal, com ou sem a ação das juventudes partidárias de direita, que toma conta das associações de estudantes, amarrando a representação estudantil a estruturas tecnocratas e empresariais, com orçamentos de milhões e avessas à participação e contestação política. O paradigma liberal de participação, esvaziando os conceitos de cidadania e de democracia, fomenta uma cultura hostil a quem se apresenta filiado e militando na esquerda.

A despolitização geral e o princípio do estudante utilizador-pagador vence nas décadas de 2000's e 2010's. As experiências de participação e inserção social de quem entra na universidade estão essencialmente reduzidas à praxe, ou a grupos académicos muitas vezes adjacentes a essa estrutura, com algumas AE's e coletivos críticos a procurarem resistir e explorar brechas. Assim, recuando reivindicações e bandeiras de luta, as alternativas muitas vezes restringem-se a discussões táticas entre o fim das propinas ou a sua redução. O ambiente inóspito para a organização política fomenta a fuga dos ativistas para espaços



